

Zeroaldo pensou, pensou... mas acabou seguindo a indicação do coleginho!

O governador Geraldo Alekmin enfechou em 23/11 o “conclave” de escolha da Reitoria para os próximos quatro anos (novembro de 2005-novembro de 2009) — duas semanas após o “coleginho” ter indicado a lista tríplice, e depois de pressões variadas e muito “pensar” — com a nomeação da atual pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Villela, como reitora da USP. Em relação aos processos anteriores, a única mudança significativa foi a de gênero, pois é a primeira vez que uma mulher ocupará essa função executiva na universidade, tendo sido mantido o processo anacrônico de escolha de Reitor que sequer cumpre a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, LDB) no que se refere à já desequilibrada participação de docentes (70%) nos órgãos colegiados e nas comissões, em detrimento dos estudantes e dos funcionários técnico-administrativos.

Pode ser que a nova Reitora busque introduzir mudanças na universidade, a julgar pelas respostas da então candidata às nossas questões (*Informativo Adu*sp 202, de 3/11/2005) e durante o 2º turno do processo que culminou na sua escolha (*Informativo Adu*sp 203, de 14/11/2005). Vejamos, a seguir, algumas de suas declarações, acompanhadas de questões a serem eventualmente respondidas durante a sua próxima administração.

1) “Para que ela [a univer-

sidade] cumpra sua função, é essencial que seja democrática na sua gestão interna e nas relações externas com a sociedade, para o que precisa consolidar sua autonomia.” É possível vislumbrar aqui uma nova postura frente ao Executivo? Ao vetar nossas propostas de ampliação de verbas para a educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2006 e, em especial, para as universidades, o Governador mostrou-se intransigente quanto a destinar mais recursos para que as universidades possam garantir o funcionamento adequado de suas atividades e expandir o atendimento público de qualidade, não garantindo sequer a expansão já ocorrida. Isto cerceia o já insuficiente grau de autonomia dessas instituições. A postura da nova Reitora será a de somar esforços com a comunidade acadêmica, com vistas a buscar mais recursos para a universidade e garantir sua plena autonomia?

2) “Uma universidade democrática tem compromissos com o uso transparente e eficiente dos recursos que recebe, busca limitar o ‘poder’ da burocracia, procura atenuar a centralização dos processos decisórios, faz chegar a autonomia a suas unidades, tem compromisso com a excelência acadêmica e ao mesmo tempo busca a equidade, favorecendo medidas que patrocinem maior diversidade social de seu corpo discente.” Será que teremos um processo efetivamente democrático de discussão de um novo estatuto (e. g., a Estatuinte exclusiva e soberana proposta pela campanha Democratização da

USP), que termine com o anacronismo e o autoritarismo do atual e inicie tempos de universidade pública socialmente responsável?

3) “Nós entendemos que as fundações têm um papel importante na universidade, na gestão tanto administrativa quanto financeira, mas não na questão do ensino (...) Por outro lado, temos que trabalhar com o controle das fundações. Hoje a USP não tem nenhum órgão que regule as fundações.” Há muito temos mostrado que as fundações se apoiam na USP para realizar atividades que, no geral, con-

templam apenas interesses privados, como se estas fossem do interesse da universidade pública. A nova Reitoria terá que enfrentar a promiscuidade de cargos e funções entre a administração pública e as fundações privadas, a gestão do dinheiro público por instituições privadas, proibida por lei e anti-republicana, e a transferência de responsabilidades acadêmicas da universidade a empreitadas mercantis.

Ou será que tudo ficará como está?



Professora Suely Villela

Em defesa da Educação Pública, agora na Lei Orçamentária

Enquanto tramita na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) a Lei Orçamentária (LO) 2006, o Fórum das Seis empenha-se em propor emendas para minimizar o dano causado pelo veto de Alekmin à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Trabalhando junto às lideranças de diversos partidos, foram apresentadas emendas à LO que contemplam 10% do total do ICMS efetivamente arrecadado para as universidades (evitando o desconto irregular da Habitação), 1% desse mesmo montante para o Centro Paula Souza e a garantia de pelo menos 31% da arrecadação de impostos, tipicamente 11% maior que a

do ICMS, para a Educação Pública em geral.

Será necessário acompanharmos de perto a discussão deste tema na Alesp, já que o governo permanece avesso ao aumento de investimento na Educação Pública. Além de continuar procurando sensibilizar as lideranças partidárias, o Fórum das Seis pediu audiência com o relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, deputado Edmir Chedid, para obter um compromisso de que as emendas em defesa da Educação Pública constem de seu relatório à Comissão, que deve ser apresentado em pouco mais de 15 dias.

Como no caso da LDO, é importante a nossa mobiliza-

ção, inicialmente para acompanhar a votação na Comissão de Finanças e Orçamento, que deverá ser agendada nos próximos dias. Além disso, os embates que travarmos agora na LO potencializarão um tema central da nossa luta na LDO do ano que vem: conquistar o aumento da vinculação de verbas públicas para a Educação Pública em geral, em particular para as universidades estaduais, e a vinculação de recursos para o Centro Paula Souza.

O poste da votação da LDO/2006 será enviado a cada deputado e tentaremos divulgá-lo através dos meios de comunicação das demais entidades da Educação Pública em São Paulo.

O FÓRUM DAS SEIS ENCAMINHOU A SEGUINTE MANIFESTAÇÃO AO GOVERNO FEDERAL:

Moção de apoio à greve das Universidades Federais

O Fórum das Seis, que congrega professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas, USP, Unesp e Unicamp e do Centro Paula Souza, em reunião no dia 23/11/2005, manifesta seu irrestrito apoio ao movimento dos trabalhadores, funcionários técnico-administrativos e professores das Universidades Federais e dos Cefet's, em defesa da valorização profissional, da recomposição salarial e da educação como um direito de todos.

A proposta inicial do Governo Federal, através do MEC, de reajuste de 0,1% aos

salários dos trabalhadores das Universidades Federais e dos Cefet's, é mais uma evidência de que a Educação Pública não tem sido considerada prioritária. Tal fato acabou ocasionando a deflagração da greve, que em algumas universidades ocorre desde agosto, ou seja, muitos de nossos companheiros estão em luta há mais de 80 dias. Isto fez com que, num primeiro momento, o Governo alterasse sua proposta inicial e sinalizasse para a recuperação inflacionária, a concessão de um abono e a discussão de um plano de carreira, porém, alijando os aposentados da discussão.

Tais avanços, fruto da mobilização, ainda estão muito aquém das reivindicações dos trabalhadores. Ademais, a quebra da paridade entre o pessoal da ativa e aposentados é prática que precisa ser combatida e repudiada.

Diante desse impasse que ameaça a manutenção, a melhoria e a expansão da educação superior pública, colocamo-nos ao lado de nossos colegas grevistas, entendendo que a nossa luta em defesa da educação pública, gratuita e de boa qualidade para todos é comum, e solicitamos que o governo Lula da Silva negocie efetivamente com os grevistas das Universidades Federais.

Chapa “Educação pela Pedra” vence eleições para o DCE

A chapa “Educação pela Pedra” é a vencedora das eleições para o DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme (gestão 2005-2006) com 42,4% dos votos. A segunda colocada, “Adeus Lênin”, foi preferida por 20,3% dos estudantes. Em seguida, veio a chapa “Lado B – Oposição”, com 13,7% dos votos. As outras quatro chapas obtiveram, juntas, 18,2%. Votos brancos e

nulos somaram 5,1%. Compareceram às urnas 6.440 estudantes, cerca de 8,5% do corpo discente da USP, incluindo estudantes de pós-graduação.

A Associação dos Pós-Graduandos da Capital (APG) também elegeu sua nova diretoria, em pleito conjunto com o do DCE. Porém, tratou-se de chapa única, denominada “E Agora...?” Os novos diretores tomariam posse no dia 25/11.

Reajuste de 2,8% em novembro confirma acerto do movimento

Os salários dos docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas receberam um reajuste de 2,8% em outubro, resultado da negociação com o Cruesp na data-base de 2005.

CARTA

Fipecafi contesta “informações inverídicas, errôneas e ofensivas”

“Pela leitura do *Informativo Adusp* 199, de 3/10/05, especialmente da apócrifa matéria intitulada ‘Fipecafi também se credencia no MEC para oferecer MBA’, percebe-se que seus subscritores lançaram mão de informações inverídicas, errôneas e ofensivas sobre a Fipecafi. (...) Afirmou este *Informativo* (...) que ‘mais uma das instituições autodenominadas de apoio à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), credenciou-se para oferecer diretamente cursos de MBA, sem necessidade de supervisão ou aprovação da USP. Iniciativa idêntica foi tomada pela Fundação Instituto de Administração (*Informativo Adusp* 193)’ (destacamos).

(...) Vejamos o que noticiara o *Informativo* 193: ‘Na surdina, FIA tenta credenciar-se como instituição de ensino superior e toca cursos sem

chancela da USP. Desde 2003 a fundação é ‘instituição especialmente credenciada pelo MEC’ para oferecer alguns MBAs. Em 2004, ela arrecadou R\$ 61,49 milhões, mas repassou à USP apenas R\$ 3,2 milhões (5,2%)’.

A este fato, pois, noticiado no *Informativo* 193, de que a FIA teria se credenciado como Instituição de Ensino Superior (IES) e, pior, ‘na surdina’, como se algo ilegal estivesse a perpetrar, o *Informativo* 199 associou diretamente o fato do credenciamento da Fipecafi. Esta a ausência de veracidade na informação veiculada pelo periódico vergastado: a Fipecafi, tal como a FIA, não se tornou Instituição de Ensino Superior (IES) com o indigitado credenciamento, menos ainda o logrou agindo na ‘surdina’.

Obteve a Fipecafi, na verdade, por meio de portaria expedida pelo sr. Ministro da Educação e publicada no Diário Oficial da União (doc. em

anexo), a qualificação jurídica de instituição especialmente credenciada para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu, nas áreas das ciências contábeis, atuariais e financeiras, nos termos do artigo 6º da Resolução 1/2001, verbis: ‘Art. 6º. Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto nesta Resolução’.

(...) Afirmou esta Associação, no corpo de seu apócrifo periódico, que ‘em julho de 2001, a Fipecafi causou polêmica ao obter autorização do MEC para oferecer um curso pago de graduação em atuária. A entidade criada para oferecê-lo, a Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios, controlada pela fundação e com endereço na sua sede

(na rua Alvarenga, 2147), foi descredenciada no MEC (...)’. Não houve qualquer polêmica envolvendo a regularidade do credenciamento da Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios junto ao MEC, muito menos foi a mesma descredenciada por iniciativa do Ministério. O que houve foi o pedido de descredenciamento da Faculdade, formulado pela própria Fipecafi (doc. em anexo), em respeito e no atendimento de pleito apresentado pelos órgãos superiores da USP.

À época (...) malgrado a crescente demanda da comunidade acadêmica e do mercado e a inexistência do aludido curso no âmbito da FEA-USP, alguns órgãos superiores da USP entenderam que uma entidade de apoio à Universidade não deveria oferecer curso de graduação, com o que o Conselho Curador da Fipecafi preferiu concordar”.

*Professor Iran Siqueira
Lima, presidente da Fipecafi*

Nota da Redação:

1) Em momento algum o *Informativo Adusp* afirmou que a FIA e a Fipecafi tenham se tornado IES. Informamos, porém, que ambas o tentaram, direta ou indiretamente, como evidenciado pela leitura das atas de reuniões dos órgãos diretivos da FIA e pela fracassada iniciativa da Fipecafi de lançar a Faculdade Brasileira de Gestão de Negócios; 2) ao explicar os motivos do descredenciamento de tal Faculdade, o autor da carta nada mais faz do que confirmar a polêmica gerada pela criação do curso pago de atuária, que gerou reação tão forte que obrigou a Fipecafi a recuar nos seus propósitos; 3) qualificar como “apócrifos” a reportagem e o *Informativo Adusp* é ignorar não apenas o vernáculo, mas também a tradição de um órgão sindical que já teve lançadas mais de 200 edições, desde 1994.

Mudanças na Previdência em SP provocam perdas para funcionalismo

Mudanças do sistema previdenciário têm ocorrido desde o início da década de 1990 em quase todos os países. Um dos pontos básicos das mudanças previdenciárias é a substituição do sistema previdenciário *por repartição* (também chamado *solidário* ou de *compromisso entre gerações*), fundamentalmente administrado pelos setores públicos, por outro sistema, o de *capitalização*, este basicamente administrado pelo setor financeiro e com critérios atuariais. Paralelamente a essas mudanças, também tem havido mudanças dos sistemas de relações trabalhistas.

Todas essas mudanças visam, entre outras coisas, o enfraquecimento das garantias dos trabalhadores e a transformação destes, cada vez mais, em mercadorias sujeitas a um *mercado de trabalho*, expressão atualmente tão comum, mas rara há duas décadas.

Os discursos que tentam justificar essas alterações acenam com o aumento do dinamismo do sistema econômico, com maior número de empregos e maior crescimen-

to. Na prática, aconteceu o oposto, em especial nos países periféricos como o Brasil. Entre 1990 e 2004, as taxas de desemprego duplicaram e aumentou o percentual de trabalhadores sem carteira. A renda *per capita* brasileira no período cresceu abaixo da série histórica e mesmo esse crescimento pífio não se transformou em aumento da renda dos trabalhadores. O aumento do PIB *per capita* acabou sendo canalizado para remessas para o exterior e, mais recentemente, em enormes superávits da balança comercial (os bens exportados são computados no PIB, mas são consumidos externamente). Uma das evidências de que o aumento do PIB *per capita* não significa aumento de renda das pessoas é o fato que atualmente apenas cerca de 57% do PIB se transforma em consumo das pessoas, contra cerca de 67% há duas décadas.

No Brasil, essas alterações já causaram grandes prejuízos aos trabalhadores, inclusive do setor público. Entre as perdas que nos afetaram, ligadas a mudanças no sistema previdenciário, podemos enumerar:

- aumento do tempo necessário para a aposentadoria, o que é uma das formas de reduzir renda, pois a somatória dos rendimentos ao longo da vida é a mesma, apesar do período maior de trabalho; além disso, ao se aumentar o tempo de trabalho necessário para a aposentadoria, reduz-se a chance de emprego para a geração mais jovem;

- perda da aposentadoria com remuneração integral, o que significa outra forma de redução efetiva da renda pelo mesmo trabalho feito;

- redução do salário na forma de aumento da contribuição previdenciária, que, no caso específico do estado de São Paulo, foi de 5%.

As novas alterações no sistema previdenciário de São Paulo, previstas no PLC 30 encaminhado pelo governo do Estado de São Paulo à Assembleia Legislativa (Alesp) em regime de urgência, poderão provocar novas perdas. Algumas dessas perdas são claras; muitos dos aspectos do PLC 30/2005 poderão ser regulamentados por decretos governamentais (que não passam pela Alesp), implicando em perdas futuras; alguns pontos da redação não teriam

sentido se não considerarmos as possibilidades futuras de legislação complementar.

Entre as possíveis perdas, estão:

- os benefícios pagos pelo novo sistema serão computados para efeito de cumprimento das vinculações constitucionais e legais de gastos nas áreas específicas e deduzidos do repasse obrigatório. Com isto, além de legalizar o inaceitável, incluirá como despesas com saúde e educação não apenas as aposentadorias mas também as pensões, que são atualmente pagas pelo Ipesp. Na prática, isso significa simplesmente menos recursos para educação e saúde;

- não há previsão clara da contrapartida do governo do Estado, piorando a situação em relação à legislação atual. Este fato é grave, pois a legislação proposta refere-se ao novo sistema como tendo base atuarial e contábil, ou seja, os gastos devem se igualar à arrecadação;

- todos os pagamentos de pensões e aposentadorias serão feitos por esse novo órgão, incluindo os servidores das universidades, que não mais receberão da Reitoria da USP;

- o PLC 30 prevê a existência de um cadastro individual que conterá o valor acumulado da contribuição. Isso significa a criação de um sistema de aposentadoria por *capitalização*, não estando explícito que isso se aplicará apenas aos ingressantes após as recentes reformas da previdência nem, também, apenas a uma parte do salário (a tal da aposentadoria complementar).

Além desses problemas já detectados, há riscos.

Se os recursos do novo sistema estiverem sob a guarda centralizada do governo estadual (atualmente é descentralizado: Ipesp, Universidades, militares, etc.), eles serão passíveis de sofrer desvinculação de receita. Se não estiverem e valer o previsto no artigo 2º (autonomia financeira), cabe ao novo órgão fazer a “arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessárias” (inciso I) para o “pagamento e manutenção dos benefícios”; neste caso, se o dinheiro arrecadado for insuficiente, será um problema do novo sistema e dos trabalhadores, e não do governo estadual, cujas contribuições ao sistema não são claramente especificadas.

GT Saúde da Adusp visita o HU

Componentes do GT Saúde da Adusp almoçaram com o superintendente do HU, professor Paulo Lotufo, em 24/11. O convite do superintendente se deu após ele ter lido no Informativo Adusp 191 (4/7/2005) o relato da reunião de junho/05 entre o GT, o superintendente do sistema de saúde da USP (Sisusp) e o diretor do Departamento de Recursos Humanos, a partir de pleito da Adusp para tratar de deficiências no atendimento, sobretudo nos campi do interior. O GT afirmou que o almoço, assim como a visita às instalações do HU, não substituiu a reunião solicitada em junho/05, entre Adusp, Sisusp e HU. O conceito de que o HU é primordialmente um hospital de ensino e pesquisa foi compartilhado pelos presentes a este almoço.

Em Ribeirão Preto, entidades promovem em 6/12 debate entre os candidatos a Prefeito do campus

Adusp Regional Ribeirão Preto, a Associação dos Pós-Graduandos (APG-RP) e o Diretório Central dos Estudantes da USP Alexandre Vanucchi Leme (DCE-Livre) promoverão, no dia 6/12, debate público entre os candidatos ao cargo de Prefeito do Campus de Ribeirão Preto. Os inte-

ressados em candidatar-se que desejem participar do debate deverão fazer suas inscrições na sede da Regional, até 2/12/2005, às 17 horas.

No ato da inscrição o candidato que quiser poderá entregar em disquete sua carta programa, para ser divulgada pela Adusp via internet, e também receberá

as regras do debate.

Em 14/12/2005 o CORP votará a lista tríplice a ser encaminhada à Reitoria, professora Suely Villela, para a indicação de Prefeito(a).

O debate de 6/12 (terça-feira) será realizado às 9h30, no Anfiteatro da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto (FEA-RP).

“Piscinões” descaracterizam campus de Ribeirão Preto

Fotos: Júlio Sian

A construção, pela Prefeitura do Campus da USP de Ribeirão Preto (Pearp), de vários “piscinões” de terra nua, que teriam a finalidade de evitar danos provocados por enchentes, vem provocando protestos de professores, preocupados com a descaracterização paisagística, as ameaças a prédios tombados e até riscos de acidentes.

As escavações, espalhadas pelo campus, foram anunciadas em nota intitulada “Menos água no Córrego do campus”, publicada em 3/10/2005 na página eletrônica da Pearp: “A Prefeitura do Campus implantará dispositivos de retenção de águas de chuva, os chamados ‘piscinões’, para diminuir o volume de água despejado no lago, evitando assim o seu assoreamento. Esse procedimento vai contribuir também com a diminuição do volume de água despejado no Córrego Laureano e, mais ainda, vai permitir que haja a recarga do lençol freático. Os ‘piscinões’ deverão também diminuir os danos ao calçamento das ruas do campus e o acúmulo de detritos no final delas”.

Tais argumentos são contestados por docentes que atuam há décadas no campus. “Eu não entendi essa obra”, resume a professora Marlene Sofia Arcifa, bióloga limnologista que trabalha há vinte anos no lago do campus. “O material em suspensão no lago não é de natureza sedimentar, nem tem origem nas enxurradas. Que estudo foi feito do assoreamento do lago? A profundidade não diminuiu”, afirma.

No seu entender, projetos que se destinem a evitar, a longo prazo, o assoreamento do lago exigiriam um estudo de impacto. A professora Marlene, que é aposentada mas continua lecionando na graduação e na pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-RP), chama

atenção também para o risco de acidentes, lembrando que o campus recebe muitas visitas, principalmente de crianças.

“Totalmente inúteis”

O professor José Maria Franco de Camargo, também da FFCL e biólogo, com quarenta anos de atividade no campus, considera “totalmente inúteis” os piscinões escavados nas proximidades da unidade. “O solo absorve bem as águas, é arborizado, tem cobertura de grama. Essa obra descaracterizou a área e é desnecessária. Estragou a paisagem”, lamenta ele, acrescentando: “Os piscinões com água empoeada serão foco de mosquitos”.

De acordo com a Divisão de Infra-Estrutura da Pearp, está projetada a construção de 15 grandes bacias de contenção (nome técnico dos “piscinões”), das quais só quatro foram escavadas até agora. Cada uma delas tem volume de 1.000 m², portanto com capacidade para 1 milhão de litros. Outras menores também foram construídas.

“Como essas coisas são definidas e como as pessoas aprovaram isso? Porque são no mínimo mal planejadas e dificultam a vida no campus”, declara a professora Janete Rodrigues Nakao, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) e diretora regional da Adusp.

A professora Elizabeth Spinelli, representante da Adusp no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema), encaminhou ao órgão documento em que denuncia “intervensões feitas no campus da USP de Ribeirão Preto, intervenções essas que descaracterizam a paisagem e interferem na qualidade de vida dos usuários do campus, na sua fauna e flora”, e pede que sejam tomadas as providências cabíveis.

Além dos “piscinões”, o documento cita obras recentes consideradas irregulares e problemáticas, entre as quais

a construção de um alambrado em torno do complexo esportivo (Cefer) e a construção de uma rotatória próxima à Casa dos Estudantes da Faculdade de Medicina. O texto lembra que os pedestres são desrespeitados no campus e pede que toda a área seja “vistoriada e adequada à circulação de pessoas portadoras de deficiência, incluindo cadeirantes”.

A professora Elenice Mouro Varanda, da FFCL, botânica que faz parte do Conselho do Campus de Ribeirão Preto (Corp), afirma que o projeto dos “piscinões”, e outros que são objeto de controvérsias, não foram submetidos à aprovação desse colegiado.

Também para ela, várias das ações da Pearp carecem de sentido e vêm trazendo danos ao campus e aos seus usuários. De acordo com Elenice, algumas põem em risco um patrimônio tombado por seu valor histórico e arquitetônico. É o caso da grade construída ao lado do ginásio de esportes, bem como da reconstituição apenas parcial das vias calçadas com “pé-de-moleque”. A professora comenta ainda que a nova rotatória foi mal projetada, a tal ponto que os coletivos que trafegam pelo campus têm dificuldade para efetuar a curva.

Prefeita responde

Membro da Comissão de Meio Ambiente do campus, a professora Angela Maria Takayanagui, da EERP, defende a Pearp. “Esses ‘piscinões’ foram construídos de acordo com uma necessidade surgida em decorrência do crescimento e do desenvolvimento, para contenção de águas pluviais.



Um dos “piscinões” construídos com capacidade de 1 milhão de litros. Ao lado, a nova rotatória



Segundo me consta, esse projeto foi baseado em pareceres de técnicos e órgãos competentes”. No entanto, a professora não soube dizer se o projeto foi submetido a discussão: “Não me recorde de ter passado pela Comissão de Meio Ambiente”.

O *Informativo Adusp* entrou em contato com a prefeita do campus, professora Emília Campos de Carvalho, indagando se a decisão de construir os piscinões está fundamentada em estudos técnicos e se foi debatida e aprovada no Corp e na Comissão de Meio Ambiente. Em texto enviado por correio eletrônico, a Prefeita não respondeu diretamente a essas perguntas. Limitou-se a declarar que “as diversas obras foram realizadas com consultas às instâncias competentes, com a finalidade de adequar o campus ao expressivo aumento de usuários ocorrido nos últimos anos, especialmente pela ampliação de vagas e cursos novos”.

Acrescentou que as “intervensões para atenuação e

contenção de águas pluviais, conforme recomendação da Seplan-RP para este campus, em suas diretrizes e legislações pertinentes, visam garantir que a impermeabilização das áreas, em decorrência dos novos equipamentos de ensino, pesquisa e assistência no Campus, não implique em aumento do deflúvio, sobretudo, pelas condições topográficas da área da Universidade e do município de Ribeirão Preto, bem como buscam evitar erosão”.

A Prefeita deixou de responder às perguntas sobre assoreamento do lago, descaracterização estética do campus e risco de acidentes. Quanto às obras do sistema viário, afirmou que “foram previamente analisadas e aprovadas pelos órgãos e setores competentes de gestão ambiental e pelo Condephat”. Sobre o cercamento do entorno do Cefer, teria buscado “ajustar a demanda de usuários e as atividades desenvolvidas aos recursos humanos e, em especial, à segurança das pessoas e do patrimônio”.